

29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

1. Aos doze dias do mês de dezembro de 2013 às oito horas, na Secretaria de Ação Social teve início à vigésima nona reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência da presidente e representante titular da Sociedade Civil representando as Organizações de Atendimento às Pessoas com Deficiência. Estiveram presentes na reunião dezoito (18) conselheiros: oito (8) do poder público e dez (10) da sociedade civil, sendo os seguintes conselheiros titulares: Mônica Costa Martins Vaz Ferreira, Sônia Regina Barbosa Quirino, Márcia Helena Vieira Pimenta, Cristiane Barcaroli, Márcio Henrique Silva Nalini, José Fernando Siqueira da Silva, Raquel Renzo da Silva, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Denizar Hermógenes da Paixão, Selma Cristina Antoniette Badoco e Josiane Aparecida Antunes Campos; conselheiros suplentes: Raquel Costa Cândido Santiago, Cloves Plácido Barbosa, José Carlos Gomes e Juliana Bertazzi Passone; conselheiros na titularidade: Jane Izabel Miranda Biagioti Lellis, Padre Célio Adriano Cintra e Aparecida das Dores Oliveira Schimidt Capela. **Com a seguinte pauta:** **Assuntos:**

Ofício conjunto dos CCIs - discussão sobre o documento “Normas Técnicas dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o Idoso” e **Ofício Órgão Gestor em resposta ao documento. Plano Municipal de Assistência Social – 2014/2017** – apresentação do Planejamento das Ações para a construção do Plano.

Proposta de Calendário das reuniões – 2014. **Informes: 1ª Audiência Pública do Conselho Municipal de Assistência Social; Convite ESAC** – Formatura da Turma do Curso Auxiliar Administrativo – dia 12 de Dezembro – 19h30 – Teatro Judas Iscariotes. **Convite – 1º Encontro Viva a Vida** – dia 14 de Dezembro – 8h às 12h na Praça Nossa Sra. Conceição. **Reunião Comissão de elaboração do PMAS – 2014/2017** – dia 16/12 às 10h na Secretaria de Ação Social. **Demonstrativo do Fundo Nacional** – Recursos Transferidos ao Município. A presidente Tina iniciou a reunião apresentando a pauta que foi aprovada sem alterações. Após, Raquel realizou a leitura da ata das reunião ordinária do dia **21 de novembro e da reunião**

30 **extraordinária do dia 27 de Novembro de 2013**, que foram aprovadas com as
31 alterações necessárias. Passando ao primeiro assunto referente ao **Ofício conjunto**
32 **dos CCIs e Ofício Órgão Gestor em resposta ao documento**, a presidente Tina
33 explicou que o conselho recebeu um ofício conjunto encaminhando este documento e
34 neste mesmo ofício foi solicitado uma análise do órgão gestor bem como a inclusão do
35 mesmo na pauta, assim passou a palavra para os representantes de idosos. A
36 Presidente do COMUTI, Jaqueline, se posicionou como profissional do CCI e explicou
37 que diante da proposta de reordenamento e começaram a elaborar o plano de
38 trabalho, com isso levantaram questionamentos sobre alguns impasses do serviço foi
39 realizado um intenso trabalho de toda a equipe do Órgão Gestor no sentido de garantir
40 uma melhoria nos valores dos pisos de proteção; a expansão de vagas, especialmente
41 no serviço para crianças e adolescentes; além da garantia de implantação dos
42 serviços novos que já foram pactuados no Conselho. Disse que houve um esforço
43 para o atendimento das deliberações priorizadas no Plano Municipal de 2013. Dando
44 seguimento a Diretora Administrativa da SEDAS, Sra. Dalva, iniciou a apresentação
45 dos slides com a proposta de partilha de recursos entre as entidades, que ficará anexo
46 a esta ata. Dalva disse que o Órgão Gestor discutiu a proposta de partilha com a
47 Comissão de Orçamento do CMAS, por meio de reuniões, nas quais o Gestor buscou
48 o diálogo e atendimento das reivindicações desta Comissão, resultando num trabalho
49 conjunto a ser apresentado. Disse que no que se refere ao recurso para as entidades,
50 o Legislativo aprovou o Orçamento Municipal para a Secretaria de Ação Social/Fundo
51 Municipal de Assistência Social para transferência às entidades de Assistência Social
52 através de Subvenção/Auxílio e Convênios no valor de R\$11.164.000,00 (onze
53 milhões cento e sessenta e quatro mil reais) sendo R\$ 8.001.000,00 (oito milhões e mil
54 reais) correspondentes a Subvenção e Auxílios, e R\$ 3.163.000,00 (três milhões cento
55 e sessenta e três mil reais) correspondentes a Emendas Parlamentares para
56 celebração de convênios. Lembrou que as emendas não são impositivas, somente
57 propositivas e que nem sempre são autorizadas pelo poder executivo. Destacou que
58 na ocasião da reunião do Conselho com a Câmara Itinerante, o colegiado solicitou aos

59 vereadores que não fizessem emendas indicando as instituições, propondo que estas
60 fossem encaminhadas para o FMAS e definidas pelo Gestor e CMAS. Esclareceu que
61 a Secretária de Ação Social fez uma negociação com a Secretaria de Finanças
62 propondo o remanejamento de recursos dos convênios para subvenção e auxílios no
63 valor de R\$ 1.667.430,12 (Um milhão, seiscentos e sessenta e sete mil quatrocentos e
64 trinta reais e doze centavos) que foi autorizada. A Sra. Victalina lembrou que algumas
65 emendas foram indicadas para entidades que não são inscritas no CMAS e questionou
66 se estas serão deliberadas pelo colegiado, no caso de serem autorizadas. Dalva
67 explicou que em todos os processos de emendas de entidades não integrantes da
68 rede, há a manifestação do Órgão Gestor quanto a essa situação, e quando é
69 solicitada a manifestação do Conselho nesses processos, esses são encaminhados
70 para o colegiado. Dando seguimento explicou que com relação ao Serviço de
71 Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 14
72 anos, o Órgão Gestor tinha a intenção de melhorar os pisos considerando que há uma
73 disparidade de valores com relação ao mesmo serviço para os outros ciclos etários.
74 Disse que a proposta inicial seria aumentar o valor para R\$ 140,00, porém, destacou
75 que o município assume quase que na totalidade o cofinanciamento deste serviço, se
76 comparado aos outros dois entes federados, Estado e União. Diante da insuficiência
77 de maiores recursos para a Assistência Social, afirmou que neste momento a proposta
78 é aumentar o piso do serviço para essa faixa etária no valor de R\$ 120,00, gerando
79 um percentual de 84% de reajuste. Fez algumas considerações sobre a
80 reordenamento desse Serviço e sobre a proposta do Governo Federal de repasse de
81 recursos financeiros no caso de atendimento de no mínimo 50% do público prioritário e
82 inserção dos usuários no Cadastro Único do Governo Federal, afirmando que a
83 maioria das entidades não conseguiu atingir esse percentual até o momento. Informou
84 que o Governo Federal ainda não repassou nenhum valor ao Município. A secretária
85 Gislaine comentou que em conversa com representantes do Governo Federal obteve a
86 informação de que o repasse não foi feito por problemas no sistema de inclusão dos
87 usuários e que ainda não há previsão desse repasse, mas que a União assumiu esse

88 compromisso de cofinanciamento. Disse ainda que o Órgão Gestor tem a proposta de
89 aumentar o piso desse serviço para R\$ 140,00 quando o Recurso Federal for
90 repassado ao município. Jane esclareceu que há previsão de expansão de 450 vagas
91 para a faixa etária de 06 a 14 anos, sendo 200 novas e 250 referem-se às vagas do
92 Programa Sementes do Amanhã, que será extinto no próximo ano. Em seguida, Dalva
93 disse que com relação ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para
94 adolescentes de 15 a 17 anos e para Idosos será aplicado o percentual da inflação,
95 ficando o piso de R\$158,10 e ampliação de 100 vagas de idosos para a região Oeste.
96 Com relação aos serviços desenvolvidos pelas Entidades, o conselheiro Cloves
97 apresentou a questão da contratação de prestadores de serviços, por meio de RPAs,
98 disse que esse tipo de contratação deve ser temporária e não é o que ocorre,
99 ressaltou que essa situação pode incorrer em problemas com o Tribunal de Contas e
100 Ministério do Trabalho, tanto para as Entidades quanto para a Prefeitura, que é
101 subsidiária da Entidade. Disse que a Prefeitura já alertou as entidades sobre essa
102 questão, porém estas justificam essa situação afirmando que o recurso financeiro é
103 insuficiente. Dalva disse que o Órgão Gestor e Secretaria de Finanças irão realizar
104 orientações às entidades sobre essa situação. Com relação ao Serviço de Proteção
105 Básica e Especial para Pessoas com Deficiências no Domicílio, também foi aplicada a
106 inflação ficando um piso de R\$ 563,00, sem ampliação de vagas. No que se refere ao
107 Serviço para Pessoas com Deficiência em unidades referenciadas, Dalva apontou que
108 o reajuste foi de 30% considerando que no ano anterior ficou defasado em relação aos
109 outros serviços, assim o piso para 2014 será de R\$ 140,00. Tina destacou que no ano
110 de 2013 o piso do Serviço de Acolhimento para Idosos teve um aumento de 70% e o
111 Serviço para Pessoas com Deficiências no Domicílio teve um reajuste de 204%, por
112 esse motivo foi proposto a melhoria do recurso para o Serviço para pessoas com
113 deficiências para o próximo ano. Manifestou que na sua compreensão esse percentual
114 ainda é bastante inferior comparado aos reajustes que os outros dois serviços tiveram
115 no ano de 2013. Prosseguindo, Dalva disse que com relação ao Serviço de
116 Acolhimento Institucional para Idosos, a proposta é de reajuste de 8,48% para o Grau

117 I, com o piso de R\$ 662,32; para o Grau II ficou o piso de R\$ 806,37, com reajuste de
118 12% e para o Grau III, reajuste de 8,48% com o valor de R\$ 914,01, porém solicitou
119 que ficasse registrado que para o próximo ano não haverá essa diferenciação de
120 reajuste por Grau de complexidade. Cidinha ressaltou que neste serviço não houve
121 ampliação de metas, com exceção daquelas vagas que a Fundação Judas assumiu,
122 provenientes da casa de idosos particular que foi interditada recentemente. Dalva
123 esclareceu que com relação a Casa São Camilo foi acordado que a instituição
124 atenderá 30 idosos em regime de acolhimento institucional, porém com um repasse de
125 recursos proporcional a 22 dias por mês, pois os idosos permanecem na entidade
126 somente de segunda a sexta. Dando continuidade, Dalva informou que será
127 implantado o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas em Centro
128 Dia, com o piso de R\$ 500,00, sendo 50 vagas a ser executada na região oeste e 20
129 vagas pela Casa São Camilo de Lellis. Com relação ao Serviço de Acolhimento
130 Institucional para crianças, executado pelo Berçário Dona Nina, Dalva pontuou que
131 este não é um serviço da Política de Assistência Social, e que apesar de sua
132 relevância, o serviço tem características da área saúde. Disse que a proposta é
133 transferir essa instituição para a rede de apoio, que não é através do Fundo Municipal,
134 e assim a mesma deixa de compor a rede socioassistencial. O piso será mantido com
135 os valores deste ano de 2013, sem reajuste, considerando que o atendimento não é
136 integral, pois algumas crianças ficam de segunda a sexta e outras vão pra casa todo
137 dia. Os recursos que recebem atualmente do Estado e da União seriam transferidos
138 para o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, porém reforçou que a entidade
139 não terá prejuízo no recebimento dos valores com relação ao ano de 2013. Tina disse
140 que entende que o serviço desenvolvido pelo Berçário é da Assistência Social para
141 crianças em situação de risco e vulnerabilidade social. Enfatizou que é um Serviço de
142 Acolhimento Institucional para crianças. Pontuou que se a criança está em risco social
143 e a família não está dando conta de exercer a sua função protetiva, considera ser um
144 Serviço da Assistência Social não tipificado, de prevenção ao abrigamento. Propôs
145 que sejam encaminhadas novas consultas ao MDS e CNAS antes dessa definição de

146 retirar a entidade da rede socioassistencial. Cidinha apontou que as entidades que
147 estão na rede de apoio que tiverem interesse em desenvolver serviços
148 socioassistenciais, poderão retornar para a rede socioassistencial a qualquer tempo.
149 Apontou que entende que a essência desta instituição é da área da saúde. Tina
150 manifestou que em sua opinião o reordenamento é necessário com todas as
151 entidades, e que a rede de apoio também não é a melhor maneira de lidar com essa
152 questão. Gislaine disse que essa situação, relacionada a rede de apoio, a incomoda
153 muito e pontuou que deve ser estabelecido um prazo para essa adequação. Dalva
154 enfatizou que o plano de trabalho da entidade apresenta ações de saúde, equipe de
155 profissionais de saúde e que a finalidade primeira é de saúde. Tina disse que o plano
156 de trabalho das entidades de acolhimento também tem uma equipe de trabalho da
157 área da saúde. Gislaine falou que até mesmo o Governo do Estado, por meio da
158 DRADS, tem questionado sobre o repasse de recurso ser direcionado para entidades
159 que não atentem a proposta da Política de Assistência Social. Cida falou sobre o
160 engessamento provocado pelos enquadramentos nas legislações. A conselheira Jane
161 pontuou que a Tipificação foi construída ao longo dos anos, nas conferências e
162 debates e a Proteção Social tem que vir pela Saúde, Previdência e pela Assistência
163 Social. A conselheira Cida disse que, portanto as três Secretarias devem caminhar
164 juntas sem perderem o foco que é a proteção social do usuário. Tina propôs a
165 continuidade da apresentação e ao final será deliberada essa questão e o orçamento
166 como um todo. Dando seguimento Dalva apresentou a proposta de transferir para
167 execução indireta, dois serviços que atualmente são executados pelo gestor, sendo o
168 Serviço Especializado de Atendimento à Adolescentes em Cumprimento de Medidas
169 Socioeducativas de LA e PSC - com piso de R\$ 321,43 e meta de 70 vagas; e o
170 Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias – Abrigo Institucional com
171 piso de R\$ 55,21, com meta de atendimento de 1800 pessoas por mês. Passou,
172 então, a apresentação dos dois serviços a serem implantados: o Serviço de
173 Acolhimento Institucional para Pessoas com Deficiência em Residência Inclusiva, com
174 piso de R\$ 3.700,00 acrescentando o valor de R\$30.000,00 para aquisição de

175 equipamentos, com meta de 10 vagas e o Serviço de Acolhimento Institucional
176 Residencial - Casa de Passagem para Mulheres Vítimas de Violência, com piso de R\$
177 4.200,00 para atendimento a 5 mulheres e seus filhos. Tina enfatizou sobre a
178 importância de instalação desses serviços novos. Finalizando Dalva apresentou a
179 síntese da proposta de partilha dos recursos para 2014 com orçamento total de
180 subvenções/auxílios e convênios. Em seguida Tina propôs que a votação fosse
181 realizada em dois momentos, primeiramente foi votada a permanência ou não do
182 serviço do Berçário Dona Nina na rede socioassistencial e a destinação dos recursos
183 da União no valor de R\$ 19.800,00 e do Estado no valor de R\$ 41.400,00, que
184 recebem atualmente, para o Programa Família Acolhedora. Ficando decidido por 6
185 votos a 5 que o serviço do Berçário irá para a rede de apoio e o recurso da União e do
186 Estado irá para o Programa Família Acolhedora. Em seguida passou-se a votação
187 sobre a partilha de recursos para 2014, da forma como foi apresentada, sendo
188 aprovada por unanimidade. Passando ao próximo assunto da pauta sobre a
189 deliberação da entidade Associação – Projeto Amor e Vida, Tina esclareceu que as
190 conselheiras que acompanharam à entidade não puderam estar presentes por motivos
191 pessoais e esclareceu que foram feitas discussões sobre essa inscrição com toda a
192 comissão. Disse que no início do ano foi solicitado pelo Executivo Municipal um
193 parecer do Conselho com relação à cessão de área para a referida entidade e o
194 CMAS encaminhou um parecer informando que o *“conselho não se opõe a cessão da*
195 *área, porém a referida cessão é prerrogativa do executivo Municipal”*. Esclareceu que
196 nesse momento a entidade solicitou a inscrição e apresentou um Plano de Ação no
197 qual se propõe a executar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em
198 2014. Tina enfatizou que a inscrição no CMAS não pressupõe o cofinanciamento de
199 recursos. Após a leitura do parecer, passaram-se às discussões. A conselheira Jane
200 explicou que atualmente a parceria que o município tem com a entidade é de cessão
201 de espaço para a execução do Projeto Sementes do Amanhã e enfatizou que o
202 município não pretende executar o serviço diretamente no próximo ano, e reafirmou
203 que de acordo com o mapeamento do CRAS, aquela região não é o local de maior

204 demanda de público prioritário da Assistência Social, disse ainda que o espaço físico
205 não é adequado, pois tem sido apresentado problemas de limpeza no terreno. Dalva
206 complementou que a entidade não executa o serviço de convivência, ela cede as
207 instalações para o órgão gestor executar uma ação e apontou que o serviço que está
208 sendo executado, Sementes do Amanhã, também está sendo reordenado, assim a
209 entidade deverá ser esclarecida que havendo o interesse da mesma em executar o
210 serviço, é necessário que ela apresente uma proposta nova sendo coerente com o que
211 está na tipificação e orientações técnicas. Foram apontadas algumas dúvidas com
212 relação à equipe de trabalho específica da entidade. Segundo Jane, há necessidade
213 de ajuste na faixa etária, que deve ser para 6 à 14 anos. Tina sugeriu que, caso seja
214 deliberado pela inscrição, deverá ser encaminhado um ofício do conselho com todas
215 essas questões apontadas, além da informação de que a inscrição não pressupõe
216 cofinanciamento do serviço, porém a entidade pode executá-lo, independente do
217 cofinanciamento. Dalva disse que para inscrever no CMAS, a entidade deve executá-
218 lo e não apenas fazer a previsão de execução. A Secretaria Executiva Maria Amélia
219 esclareceu que a Resolução CNAS 16/2010, em seu artigo 4º, cita que a inscrição no
220 conselho é condição para a execução de serviços de assistência social, pois ela
221 autoriza o funcionamento e fez a leitura do referido artigo. Tina e Cloves também
222 concordam que a inscrição deve ser feita antes do funcionamento do serviço. Foi
223 enfatizado que após a inscrição, o acompanhamento deve ser sistemático para avaliar
224 como o serviço está sendo desenvolvido. Monica disse que a inscrição no Conselho é
225 muito importante para a Entidade, considerando que ela tem interesse em desenvolver
226 esse Serviço da Assistência Social. Jane disse que o Órgão Gestor está buscando
227 parceiros para o desenvolvimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de
228 Vínculos, porém deve ficar claro para a entidade que o local e a faixa etária devem ser
229 apontados pelo órgão gestor. Tina pontuou que a entidade pode desenvolver seus
230 serviços sem cofinanciamento público, no seu próprio espaço. Jane concordou, porém
231 disse que mesmo assim, eles precisam de apoio e orientações para esse
232 desenvolvimento. Dalva disse que as orientações para a entidade devem ser

233 bastantes claras sobre todas as questões relacionadas ao serviço a ser desenvolvido,
234 a equipe de referência a ser contratada e afirmou não estar segura para deliberar por
235 não haver subsídios suficientes para essa análise. Jane concordou com Dalva e disse
236 que a equipe de referência apontada no Plano, não é a equipe proposta na
237 NOB/SUAS para o serviço. Após as discussões, foi proposto que seja enviado um
238 ofício solicitando uma revisão no Plano de Trabalho com esclarecimentos sobre a
239 equipe de trabalho, a necessidade de apresentar o serviço com maior clareza, com
240 quais recursos financeiros irão executar, além de esclarecimentos sobre o local não
241 ser aquele apontado pelo CRAS como prioritário. Deve ser enfatizado, ainda, que a
242 inscrição não pressupõe cofinanciamento do poder público. Após manifestação da
243 entidade, a deliberação sobre a inscrição será colocada novamente para análise do
244 colegiado. Essa proposta foi aprovada por todos. Dalva disse que as entidades serão
245 chamadas para uma reunião na qual o órgão gestor irá prestar orientações técnicas
246 acerca dos Planos de Trabalho/2014 e informará sobre os serviços socioassistenciais
247 que serão implantados e/ou expandidos no próximo ano e cada entidade deverá
248 atender um padrão mínimo para uma análise mais qualificada. Nada mais havendo a
249 tratar a reunião foi encerrada e ata lavrada pela Secretária Executiva do CMAS.